

O USO DE DOCUMENTOS E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Jairo Carvalho do NASCIMENTO
Prof. da UNEB – Campus VI/Caetitê-BA
jcnascimento@uneb.br

INTRODUÇÃO:

De modo geral, uma idéia do senso comum ainda predomina no universo escolar: a de que a disciplina História é uma “matéria fácil”, “qualquer um” pode lecionar; resume-se a decorar datas, nomes importantes e fatos políticos de relevância. O pior é constatar que essa forma de pensar revela-se notadamente como prática pedagógica, real, no cotidiano de milhares de professores de História espalhados pelo país. Fazer do ensino de História um mecanismo dinâmico para envolver os alunos na construção do conhecimento é um desafio para todos os professores. E um dos meios possíveis, dentre outros, para tentar superar o ensino tradicional é trabalhar com documentos em sala de aula. Nessa afirmação, encontra-se o objetivo do presente artigo: versar sobre o uso de documentos no ensino de História, revelando suas vantagens pedagógicas e apontando alguns procedimentos metodológicos indispensáveis ao professor quanto a sua aplicação em sala de aula. Para isso, apresentaremos um modelo de plano de aula para servir de exemplo didático.

1. Documentos no ensino de História

Um dos fundamentos principais do ofício do historiador é a análise de documentos. A historiografia no século XX ampliou as dimensões da pesquisa para o historiador ao valorizar todo e qualquer registro humano como uma fonte potencial de interpretação da sociedade. Os documentos, nessa perspectiva, são registros das ações humanas, seja de qualquer natureza: escritos, visuais, orais, monumentos etc.; são datados e localizados em tempos e espaços específicos; expressam o contexto histórico de uma dada época, pois revelam e evidenciam sentimentos, costumes, valores, ideologias etc.

No campo do ensino de História, trabalhar com documentos oportuniza aos alunos a possibilidade de compreender os sujeitos históricos e as realidades e formações sociais em seu devido tempo, em seu devido lugar. Em uma atividade didática, a qual se usa mais de um documento, como no nosso exemplo (ver plano de aula no final do artigo), o aluno terá a oportunidade de ler e confrontar os discursos, analisar as

semelhanças e diferenças entre eles, produzir as próprias opiniões e conclusões. O uso de documentos “(...) *justifica-se pelas contribuições que pode oferecer para o desenvolvimento do pensamento histórico*”[1].

A idéia que nutre e cimenta essa proposta é superar, fundamentalmente, a transmissão de conteúdos, cristalizados em diversos livros didáticos: “*No ensino, espera-se que o aluno domine o fazer da pesquisa, saiba ler, interpretar e diferenciar documentos e linguagens, desenvolva suas habilidades operatórias, tornando-se um sujeito situado em seu tempo, com a dimensão da sua cidadania*”[2]. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo, na área de História, sugerem que o aluno domine os procedimentos metodológicos de leitura e análise de documentos e das mais diversas linguagens.

Mas, em síntese, quais as principais vantagens pedagógicas de se trabalhar com documentos em sala de aula? Uma ressalva importante: neste artigo, delimitamos a nossa exposição ao documento escrito, embora nossa discussão teórica acerca de alguns procedimentos metodológicos, em parte, se aplique a toda categoria de documento; um filme, uma fotografia, uma música, porém, por sua vez, em virtude da natureza de cada um, diferem um pouco do documento escrito na forma de abordagem. Veremos, abaixo, em linhas gerais, algumas dessas vantagens.

1.1. A dinamização das aulas

Foge da mesmice da aula expositiva, prática que predomina no espaço escolar. O aluno deixa de ser um mero espectador para ser um sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem:

O professor de História pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias; (...) ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. (...) A sala de aula não é apenas um espaço onde se transmite informações, mas onde uma relação de interlocutores constroem sentidos[3].

Essa prática redimensiona os papéis sociais de professores e alunos: “(...) *ensinar é estabelecer relações interativas que possibilitem ao educando elaborar representações pessoais sobre os conhecimentos, objetos de ensino e aprendizagem*”[4].

1.2. O incentivo à preservação de documentos

O aluno será levado a perceber que, para onde direcionar o olhar, ele pode encontrar documentos: em casa, ao ver o álbum de fotografias da família, na escola, no monumento da praça, no arquivo municipal etc.; pode despertar no aluno o senso de

cidadania, reforçando a importância de preservar o patrimônio histórico: “(...) os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares, fazem parte da memória social e precisam ser preservados com patrimônio da sociedade”[5].

1.3. A contribuição para a construção do conhecimento histórico

Lucien Febvre, em *Combates pela História*, deixou um alerta para o historiador: no ato de interpretar a realidade, “(...) é preciso saber pensar” [6]. No tocante à leitura crítica de documentos, esse “saber pensar”, grosso modo, é possuir habilidades para “desconstruir” os discursos explícitos e implícitos contidos nos registros históricos. Essa habilidade pode ser desenvolvida paulatinamente na sala de aula a partir de alguns procedimentos como comparar, observar, descrever, interpretar e elaborar perguntas, atividades que devem ser explicitadas e orientadas pelo professor.

Não obstante, uma questão torna-se pertinente, agora. Circe Maria Fernandes Bittencourt chama a atenção dos professores quanto aos cuidados que ele deve ter quando usar um documento com fins pedagógicos. Na preparação da aula, o professor precisa estabelecer claramente seus objetivos e participar ativamente da coordenação da atividade, fazendo o elo entre o documento e o aluno; precisa também selecionar documentos que sejam compatíveis com a faixa etária e o nível dos alunos; o objetivo não é transformar o aluno, ainda na educação básica, em historiadores, mas, sim, propiciar os meios, para que ele tenha algumas noções básicas na arte de interpretar documentos[7].

Essa construção ocorre, sob a orientação do professor e a participação dos alunos, a partir de um processo de reflexão: a leitura criteriosa e o debate gerado em torno dos documentos, as respostas produzidas a partir do questionário proposto, atividade que objetiva direcionar o debate, as opiniões e conclusões construídas pelos alunos podem provocar a revisão de conceitos e de idéias preestabelecidas nos livros didáticos.

Esse trabalho sistemático com o uso de documentos enquadra-se naquilo que Luiz Carlos Villalta chama de *metodologia da investigação*, um procedimento didático-metodológico que visa atingir um *conhecimento histórico constituído* a partir de “(...) procedimentos de desconstrução, reconstrução e construção de discursos: submetem-se os documentos e testemunhos históricos à leitura e observação, à crítica interna e externa, à elaboração de sínteses parciais e a contraposição de uns com os outros”[8]; o papel do professor seria reconstruir o conhecimento histórico, facilitar o seu acesso

aos alunos.

No entanto, vale ressaltar que essa construção do conhecimento histórico não é criar algo novo, superar o saber já existente acerca de um determinado assunto, mas possibilitar ao aluno a oportunidade de refletir sobre o tema em debate, mostrar que a interpretação histórica é uma construção social elaborada por homens em determinados contextos. Dito isso, vejamos agora o nosso plano de aula, seguido de um comentário explicativo da atividade.

2. Documentos em sala de aula: um exemplo didático[\[9\]](#)

2.1. Plano de aula

Conteúdo: Escravidão e servidão. **Série/Nível:** 8ª Série do Ensino Fundamental e Ensino Médio. **Objetivos:** Analisar documentos em sala de aula; incentivar a prática de leituras de documentos entre os alunos; identificar as permanências e mudanças, semelhanças e diferenças, em tempos e espaços diferentes, das relações escravistas ao longo da história. **Conceitos:** Documento; Processo Histórico e Escravidão. **Dinâmica/Metodologia:** Formação de grupos; leitura dos documentos e discussão a partir das questões propostas: Debate (confrontando os documentos). **Avaliação:** Análise das respostas e dos comentários das questões da atividade e participação no debate.

DOCUMENTO 1 - Bíblia Sagrada. Eclesiástico, 33, 25-33. Livro escrito por volta de 200 a.C. na Palestina, por Jesus, escriba de Jerusalém, filho de Eleazar, filho de Sirac. Era usado na Igreja para instruir os fiéis quanto aos preceitos da vida cotidiana. O texto foi traduzido, originalmente, do grego (ele circulava no tempo dos apóstolos) pela Igreja. O livro não faz parte da *Bíblia* protestante.

[Texto adaptado][\[10\]](#) COMPORTAMENTO COM OS ESCRAVOS – Para o jumento o feno, a vara e a carga. Para o escravo o pão, o castigo e o trabalho. O escravo só trabalha quando corrigido, e só aspira ao repouso; afrouxa-lhe a mão, e ele buscará a liberdade. O jugo e a correia fazem dobrar o mais rígido pescoço; *o trabalho contínuo torna o escravo dócil*. Para o escravo malévolo a tortura e as peias; manda-o para o trabalho, para que ele não fique ocioso, pois a ociosidade ensina muitas malícias. Ocupa-o no trabalho, pois é o que lhe convém. Se ele não obedecer, submete-o com grilhões, mas não cometas excessos, seja com quem for, e não faças coisa alguma importante sem ter refletido. Se tiveres um escravo fiel, que ele te seja tão estimado

como a ti mesmo. *Trata-o como irmão*, porque foi pelo preço de teu sangue que o obtiveste. Se o maltratares injustamente, ele fugirá; *se ele for embora, não saberás a quem perguntar*, nem onde deverás procurá-lo.

DOCUMENTO 2 – GAIO. Instituições, I, 52/3. Jurisconsulto romano (Juiz), indivíduo que se encarregava de pensar e fundamentar as leis romanas. Nessa obra, fez uma importante exposição do Direito Romano. [Texto adaptado][11]

A respeito de escravos – “Os escravos devem estar submetidos ao poder de seus amos. Esta espécie de domínio já é consagrada no direito dos povos; *pois podemos observar que, de um modo geral, em todos os povos, o amo tem sobre os escravos poder de vida e de morte, e tudo aquilo que se adquire por intermédio do escravo pertence ao amo.* Mas, hoje em dia, não é permitido nem aos cidadãos romanos, nem a nenhum dos que se acham sob o império do povo romano, castigar excessivamente e sem motivo os escravos. Pois, em virtude de uma constituição do imperador Antonino, aquele que matar sem motivo seu próprio escravo é passível de sanção, da mesma forma que aquele que mata o escravo de outrem. Mesmo um rigor demasiado severo dos amos é reprimido por uma constituição do mesmo príncipe; com efeito, consultado por certos governantes de províncias a respeito da conduta a adotar para com os escravos que procuram asilo nos templos dos deuses ou junto às estátuas dos príncipes, ele decretou que, se a severidade dos amos resultasse intolerável, estes deveriam ser obrigados a vender seus escravos”.

DOCUMENTO 3 – Como se há-de haver o senhor do engenho com seus escravos. Texto de Cultura e opulência do Brasil, escrito em 1711 por João Antônio Andreoni, sob o pseudônimo de André João Antonil. O autor nasceu em 1649, na Itália. Faleceu na Bahia, em 1716. Veio ao Brasil em 1681, como membro da Companhia de Jesus. A obra só foi publicada integralmente no Brasil em 1837. [Texto adaptado][12]

Capítulo IX – “Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles, no Brasil, não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. (...) No Brasil costumam dizer que para o escravo são precisos três PPP, a saber, pau, pão e pano. (...). Não castigar os excessos que eles cometem seria culpa não leve, porém, estes se hão-de averiguar antes, para não castigar inocentes, e se hão-de ouvir os delatados e convencidos, castigar-se-ão com açoites moderados ou com os meter em uma corrente de ferro, por algum tempo, ou tronco. Castigar com ímpeto (...)”

e chegar talvez aos pobres com fogo ou lacre ardente, ou marcá-los na cara, não seria para se sofrer entre bárbaros, muito menos entre cristãos católicos. O certo é que, se o senhor se houver com os escravos como pai, dando-lhes o necessário para o sustento e vestido e algum descanso no trabalho, se poderá também depois haver como senhor, e não estranharão, sendo convencidos das culpas que cometeram, de receberem com misericórdia o justo e merecido castigo. (...) E bem é que saibam que isto lhes há-de valer, porque de outra sorte fugir por uma vez para algum mocambo no mato e, se forem apanhados, poderá ser que se matem a si mesmos, antes que o senhor chegue a açoitá-los ou que algum seu parente tome a sua conta a vingança, ou com feitiço ou com veneno (...)

DOCUMENTO 4 – É uma matéria atual, “**Nova servidão**”, escrita pelo jornalista Leonardo Sakamoto, em 2002, e publicada na revista **Problemas Brasileiros**, de São Paulo. [Texto adaptado][[13](#)]

“Nos dias 13 e 14 de dezembro passado, foram resgatados 54 trabalhadores rurais que estavam sob condições degradantes de trabalho na fazenda Peruano, município de Eldorado dos Carajás, sudeste do Pará. (...) Pessoas não eram pagas havia meses, recebendo apenas arroz, feijão e alojamento – pequenas barracas de madeira, palha ou lona, em que se amontoavam 10, 20 redes. A água, suja e imprópria, servia para consumo, banho e lavagem de roupa. (...) José Carlos Filho, 62 anos, foi encontrado doente na rede de um dos alojamentos e internado às pressas. Tremia havia três dias, não de malária ou de dengue, mas de desnutrição. No hospital, contou que estava sem receber fazia três meses, mesmo já tendo finalizado o trabalho quase um mês antes. O gato teria dito que descontaria de seu pagamento as refeições feitas durante esse tempo parado. **Vida de gado** – A pele de Manuel se transformou em couro, curtida anos a fio pelo sol da Amazônia e pelo suor de seu rosto. (...) Trabalhava de domingo a domingo, mas nada de pagamento, só feijão, arroz e a lona para cobrir-se de noite. Um outro tipo de cerca, com farpas que iam mais fundo, o impedia de desistir: “*O fiscal de serviço andava armado [gato]. Se o pessoal quisesse ir embora sem terminar a tarefa, eles ameaçavam, e aí o sujeito voltava*”. Na hora de acertar as contas, os gatos informaram que Manuel e os outros tinham “comido” todo o pagamento e, se quisessem dinheiro, teriam de ficar e trabalhar mais. “*Eles dizem que a lei não entra na fazenda.*”

2.2. Comentário

O professor precisa entregar aos alunos um roteiro de perguntas para orientar a discussão; deve apresentar sucintamente algumas informações acerca de cada documento: seria uma espécie de sinopse, com indicações de autor, da origem e da data do texto. Antes, deve pedir aos alunos que leiam com atenção, observando detalhes importantes e fazendo anotações. Um primeiro eixo de perguntas deve descrever os documentos: quando foram escritos? Qual a diferença, em anos, de um documento para o outro? Quem escreveu? Qual o título de cada documento? O segundo eixo de perguntas consiste na análise interna dos documentos: qual a temática central de cada um? Segundo o documento 1, como o senhor deve tratar o escravo? No texto 2, comente como deve ser a relação cidadão/escravo. Há alguma semelhança com o documento 1? No texto 3, o que quer dizer a seguinte expressão: “*Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho*”? No texto 3, há sinais e indicações de algumas formas de resistência dos escravos? Comente. Quanto ao texto 4, as condições de trabalho são parecidas com a dos escravos? Comente. Que sujeitos aparecem nos documentos? Em linhas gerais, quais as semelhanças e diferenças entre os documentos?

O documento 1 e 2 apresentam algumas semelhanças quanto ao tratamento dispensado aos escravos: falam em castigos, que devem ser firmes quando necessário, mas sem cometer excessos injustamente. O documento 1 revela que “a ociosidade ensina muitas malícias”, portanto, fala em resistência e suas mais variadas formas. O documento 3 caminha nessa mesma linha: no texto aparece a preguiça, a fuga, a vingança contra os senhores, o suicídio e o feitiço como formas de resistência. No documento 4, as condições de trabalho e de sobrevivência dos trabalhadores na fazenda Peruano apresentam semelhanças gritantes com os escravos dos documentos 1 e 3. Nele, aparece a figura do gato, que anda armado e intimida os trabalhadores; lembra a figura do capataz e do capitão do mato no Brasil colonial. Em síntese, muitas questões podem ser abordadas, conceitos podem ser construídos e revistos a partir do confronto entre os documentos.

Uma atividade didática com documentos, a exemplo do plano de aula ora exposto, apresenta algumas vantagens: oferece uma visão de diversos contextos históricos, evidenciando a construção de discursos e os mecanismos ideológicos que justificam a escravidão até chegar ao presente, a realidade do contexto social próxima do aluno; revela aos alunos que a história da sociedade humana é pura transformação, um processo complexo de mudanças, mas também de permanências; mostra que a

escravidão não é uma prática morta e enterrada no passado, mas que determinadas características e situações concretas de trabalho compulsório encontram-se presentes ainda, guardadas as devidas proporções, em algumas regiões do mundo e do Brasil; revela aos alunos que a história “não caminha” numa perspectiva linear, pois “*O conhecimento histórico procura ver (...) as mudanças e as permanências pelas quais passam ou passaram as diferentes sociedades humanas.*”[14].

3. Conclusão

Ensinar História hoje, diante de tantas mudanças teóricas e metodológicas por que passou esse campo do conhecimento, com a ampliação da noção de documento e a inserção de novos problemas, novos objetos e novas abordagens é, verdadeiramente, um desafio que se apresenta cotidianamente no espaço escolar, exigindo novas posturas por parte do professor, no campo da metodologia: “*As metodologias de ensino, na atualidade, exigem permanente atualização, constante investigação e contínua incorporação de diferentes fontes em sala de aula*”[15].

Por conseguinte, trabalhar com documentos em sala de aula requer criatividade, postura interdisciplinar e curiosidade intelectual, elementos que não podem faltar, hoje, ao bom professor de História. Em conjunto, eles formam a base para construir/reconstruir o conhecimento em sala de aula, garantindo, por conta disso, o desenvolvimento do pensamento crítico do indivíduo e a dinamização das aulas, tornando-as mais atrativas para o aluno.

[1] BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 333.

[2] ZAMBONI, E. Prefácio. In: CABRINI, C., CATELLI JR., R. & MONTELLATO, A. *História Temática*. São Paulo: Scipione, 2000.

[3] SCHMIDT, M. A. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, C. (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 57.

[4] FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História*. Campinas: Papirus, 2005. p. 103.

[5] BITTENCOURT, C. M. F., *op. cit.*, p. 333.

[6] FEBVRE, L. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1977. vol. 1. p. 57.

[7] BITTENCOURT, C. M. F., *op. cit.*, p. 327-335.

[8] VILLALTA, L. C. O ensino de História e a metodologia da investigação. *Caderno do Professor*, Belo Horizonte, n. 3, p. 15-22, out. 1998. p. 22.

[9] Atividade aplicada em uma turma do curso de História da UNEB, numa das atividades da disciplina *Laboratório de Ensino de História*.

- [10] *Bíblia Sagrada*. 113 ed. São Paulo: Ave-Maria, 1997. p. 911.
- [11] GAIO. *Instituições*, I, 52/3. In: PINSKY, Jaime (org.). *100 textos de história antiga*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1988. p. 15.
- [12] ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- [13] SAKAMOTO, L. Nova servidão. *Problemas Brasileiros*, São Paulo, n. 350, mar./abr. 2002. Internet: www.sescsp.org.br/sesc/revistas.
- [14] CABRINI, C. et al. *Ensino de História: revisão urgente*. São Paulo: EDUC, 2000. p. 52-53.
- [15] FONSECA, S. G., *op. Cit.*, p. 164.